

Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?

Scale and research in geography. Problem or solution?

Iná Elias de Castroⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O tema escala tem sido recorrente na geografia nas últimas décadas. Perspectivas, debates e controvérsias compõem na disciplina um enorme arsenal de artigos e livros sobre a escala, o que deixa muito pouco de novo quando este é o problema. No entanto, tendo em vista a profusão de proposições e concepções sobre ela, a confusão acaba sendo inevitável, e o que seria para esclarecer faz da escala um conceito nem sempre de fácil aplicação empírica. Este é o paradoxo inescapável para quem se debruça sobre o tema: os profusos debates ontológicos e a aplicação nem sempre clara da escala como recurso metodológico e, no limite, a própria negação do seu significado para a geografia humana e para os recortes espaciais. A proposição aqui é basicamente retomar uma perspectiva metodológica, ou seja, aquela que compreende a escala como um problema operacional fundamental na definição do recorte espacial significativo para a análise do fenômeno na pesquisa em geografia.

Palavras-chave: Escala; Geografia Política; Escala Política.

Abstract: Scale has been a recurrent theme in Geography in the last decades. Perspectives, debates and controversies concerning scale occupy a large number of articles and books which leaves very little new to say about the concept. However, given the profusion of proposals and conceptions concerning scale, confusion is eventually inevitable so that the concept is not always easily to apply in empirical situations. This is an inescapable paradox for anyone focusing on the theme: important ontological debates and the lack of clear application of scale as a methodological resource ultimately results in the very negation of the significance of the concept for Human Geography and for marking spatial divisions. The basic proposition here is reconsider a methodological perspective of scale as a fundamental operational problem for defining analytical spaces as significant phenomena for research in Geography.

Keywords: Scale; Political Geography; Political Scale.

Introdução

O tema escala tem sido recorrente na geografia nas últimas décadas. Perspectivas, debates e controvérsias compõem na geografia um enorme arsenal de artigos e livros sobre a escala, o que deixa muito pouco de novo quando este é o problema. No entanto,

ⁱ Professora Titular do Departamento de Geografia da UFRJ. Pesquisadora CNPQ e FAPERJ. inacastro@uol.com.br

tendo em vista a profusão de proposições e concepções sobre ela, a confusão acaba sendo inevitável, e o que seria para esclarecer faz da escala um conceito nem sempre de fácil aplicação empírica. Este é o paradoxo inescapável para quem se debruça sobre o tema: os profusos debates ontológicos e a aplicação nem sempre clara da escala como recurso metodológico e, no limite, a própria negação do seu significado para a geografia humana e para os recortes espaciais.

Apesar disso, a proposta aqui não é fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema na geografia, apesar de ter algumas importantes disponíveis (MACLEOD e GOODWIN, 1999; MARSTON, 2000; DAHLMAN, 2009; HEROD, 2011), nem tentar clarificar todas as questões e as controvérsias que se colocam quando o problema escala é abordado, mas basicamente retomar uma perspectiva metodológica, ou seja, aquela que compreende a escala como um problema operacional fundamental na definição do recorte espacial significativo para a análise do fenômeno na pesquisa em geografia. Um esclarecimento é necessário, trata-se aqui da escala geográfica, pois a cartográfica atende às necessidades das pesquisas neste campo. Muitos textos sobre o assunto começam inevitavelmente por diferenciar o que seria a escala cartográfica e a geográfica. Eu mesma já fiz isso em trabalho anterior (CASTRO, 1995) e dispensei-me de fazê-lo novamente.

A proposição aqui é que refletir sobre a escala na geografia é necessariamente tomar o fenômeno e sua extensão espacial, independente do ator responsável por ele, considerando que este é o problema central para qualquer pesquisa na disciplina. O recurso de pensar a escala permite analisar o fenômeno a partir da medida da sua significância, isto é, da extensão que lhe dá sentido. Deixando claro que para a pesquisa nem o fenômeno, nem a escala de análise são dados da natureza, mas escolhas intelectuais fortemente influenciadas pelas matrizes teóricas dos pesquisadores e pelos seus contextos sociais. Na realidade, trata-se de tentar estabelecer uma distinção metodológica entre realidade e objeto de conhecimento, a primeira pode ser considerada “tudo que é” e o segundo é a parte concebida do real. Não cabe entrar na polêmica entre idealistas e materialistas, mas de estabelecer como suposição que, mesmo no mundo social, o que é considerado problema em determinadas épocas e lugares não o é em outros tempos e espaços.

Cabe, no entanto, apresentar minha relação com o problema da escala como ponto de partida para uma tomada de posição em prol do tratamento objetivo do conceito, voltado à operacionalidade da pesquisa. Esta relação iniciou-se em 1990¹ de forma acidental, mais precisamente como tentativa de ultrapassar o obstáculo surgido no aprofundamento das minhas pesquisas sobre o processo de construção política das regiões e a estreita relação deste processo com o regionalismo.

É preciso esclarecer que a perspectiva da região e da identidade regional como uma construção discursiva da elite política foi explorada, inicialmente, no texto “O mito da necessidade” (CASTRO, 1992),² elaborado no momento em que a geografia se negava a refletir sobre a região, ainda sob o impacto da ideia do “conceito obstáculo” de Yves Lacoste (1976). Deve ser lembrado que posteriormente o mesmo Yves Lacoste coordenou a monumental “Géopolitiques des régions françaises” (1986), uma referência temática e metodológica aos processos políticos de formação dos espaços regionais, que só conheci após a conclusão da minha tese. Ou seja, eu já não estava mais sozinha, embora não soubesse. Na realidade, eu tinha um objeto de pesquisa geográfico, a região, desacreditada na disciplina, e uma questão política, o regionalismo, que apenas possuía sentido

como expressão dos interesses e das ações dos atores políticos num recorte territorial, qualificado por eles como regional. Na geografia, aceitava-se o regionalismo e negava-se a região. O texto de Ann Markusen “Região e Regionalismo: um Enfoque Marxista” (1981) é a melhor expressão desse paradoxo.

Precisamente este paradoxo trouxe um problema fundamental: como pensar a região sem entrar no debate epistemológico da disciplina sobre a sua existência, ou seja, o seu estatuto ontológico. Esta era para mim uma falsa questão, pois a região e seu substrato político, o regionalismo, eram objetos de investigação em diferentes áreas: na economia (LIPIETZ, 1979, 1980; CARNEY, 1980; DAMETTE e PONCET, 1980; BUCK, 1979), na ciência política (ALLARDT, 1963; CASSESE, 1981; COOKE, 1984; DE WITTE, GRUMERT E SATRUSTEGUI, 1981; LATOUCHE, 1984; TARROW, 1977; ROKKAN E URWIN, 1982). Naquele momento, a região foi compreendida como uma escala socioespacial, “definida nos processos sociais, que condicionam e são condicionados por espaços diferenciados” (CASTRO, 1992, p. 30). A escala delineou-se como conceito salvador em meio a estéril polêmica sobre a existência ou não da região. A pista de Lacoste sobre a escala foi seguida, porém em outra direção, ou seja, para pensar a região em outros termos, sem considerá-la um obstáculo.

Posteriormente, o aprofundamento do problema do regionalismo na pesquisa elaborada no estágio de pós-doutorado (1991-1992) permitiu por um lado corroborar que o processo político, conduzido por atores imbuídos de uma estratégia espacial, demarca a região tornando-a uma escala política por excelência, apesar do inevitável grau de arbitrariedade na demarcação dos seus limites. Por outro, favoreceu que o objeto de investigação progressivamente deslizesse da região e do regionalismo para uma reflexão mais consistente sobre a escala. Este desdobramento natural daquela intuição frente às questões colocadas pela pesquisa mostrou-se suficiente fértil para compreender a escala como recurso metodológico para os espaços políticos, centrais à geografia política.

Deve ser ressaltada que, naquele momento na França, a bibliografia era majoritariamente francófona, a internet como recurso de pesquisa infelizmente ainda não estava disponível e, como é sabido, franceses e ingleses não leem muito. Embora entre os geógrafos franceses a escala fosse tratada (LACOSTE, 1976; GRATALOUP, 1979; ISNARD, RACINE, REYMOND, 1981; RACINE, RAFFESTIN E RUFFYY, 1983), foi uma surpresa constatar que também na arquitetura (BOUDON, 1991), na filosofia (LE MOIGNE, 1991) e na história (LEPETIT, 1990) havia discussões inovadoras sobre o tema. Posteriormente, foi estimulante descobrir a amplitude do debate e a profusão de textos sobre a escala entre geógrafos de língua inglesa. Mas as questões centrais estavam mais ou menos consolidadas: a escala geográfica não se confunde com a cartográfica; as matrizes teórico-conceituais dos autores estabeleciam os marcos para a discussão e a operacionalidade da escala; finalmente, o problema do terreno e seus recortes, dependendo da matriz escolhida, continua uma questão em aberto. A seguir serão apresentados, de modo sintético, os argumentos trabalhados em texto anterior (CASTRO, 1995), bastante influenciado pela perspectiva fenomenológica adotada por Boudon (1991) que, apesar de distante do debate na geografia, foi importante por estabelecer a necessária relação entre o fenômeno e a medida que melhor permite analisá-lo, além das convergências e divergências ainda pertinentes com outros autores.

A Escala como Problema para a Pesquisa

Para estabelecer um ponto de partida analítico, são necessários alguns pressupostos que tornam o conceito de escala operacional para a geografia. Em primeiro lugar, a escala é o artifício analítico que confere visibilidade à parcela ou dimensão do real. Como este só pode ser apreendido por representação e por fragmentação, a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida de observação e elaboração do mundo. A simplicidade matemática da escala como medida de representação gráfica esconde a complexidade do conceito quando se trata de recortar a realidade. Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, uma concepção que informa uma percepção do espaço total e do “fragmento” escolhido. Em outras palavras, “a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto” (BOUDON, 1991, p. 123). Ressalte-se que esta perspectiva foi trazida a partir dos problemas colocados na arquitetura, um conhecimento por definição conectado ao espaço.

As diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto; mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto. Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada. Mas a escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado. Desse modo, Boudon (1991, p. 186) define um sentido epistemológico concreto:

[...] a escala não existe, por isto mesmo ela constitui um problema. (...) Como pertinência da medida ela recobre uma infinita variedade de possibilidades. Ela é por natureza multiplicidade, e como tal irreduzível a um princípio único, a menos que um tal princípio seja arbitrariamente colocado.

A escala é então a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida; é uma forma de dar-lhe um significado, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza deste espaço e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que define modelos espaciais de totalidades sucessivas e não uma progressão linear de medidas de aproximação graduais.

Há ainda que considerar a dualidade implícita no objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido. Portanto, para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas espaciais em detrimento de outros fenômenos e de outras escalas. Cabe aqui uma tomada de posição necessária, pois, embora a discussão sobre a escala não seja prerrogativa da geografia, ela tem mobilizado geógrafos que, preocupados com a dimensão social dos fenômenos, são atraídos pelos construtos da sociologia e da economia política e deixam de lado a questão fundamental da referência geográfica ao espaço e aos seus recortes significativos e defendem argumentos sobre a irrelevância do recorte espacial como consequência lógica da definição da escala de análise. A polê-

mica de Hoefle (2006) com Marston, Jones e Woodward (2005) é representativa, neste caso, do afastamento da geografia do seu objeto, criticado ironicamente por um antropólogo. Da mesma forma, a perspectiva da contingência da escala como decorrência da propensão dos atores sociais a atuarem cada vez mais em redes (COX, 1998) ou mesmo da concepção da escala como a extensão do evento que muda “ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local” (SANTOS, 1996, p. 120) torna o conceito de difícil aplicação ou mesmo dispensável.

A abordagem geográfica do real enfrenta, pois o problema básico do tamanho, que varia, nas perspectivas epistemológicas recentes, do espaço do corpo ao espaço planetário (HARVEY, 2003; HEROD, 2011; SOUZA, 2013). Esta variação de tamanhos e de problemas não é, no entanto, prerrogativa da geografia. Os gregos já afirmavam que quando o tamanho muda as coisas mudam: a arquitetura, a física, a biologia, a geomorfologia, a geologia, além de outras disciplinas enfrentam esta mesma condição. Neste sentido, nunca é demais ressaltar que a escala como estratégia de apreensão da realidade, define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado. Embora este seja passível de representação cartográfica, os níveis de abstração para a representação que confere visibilidade ao real são completamente diferentes da objetividade da representação gráfica – o mapa ou a planta e a maquete, no caso da arquitetura – deste mesmo real, que pode ser o lugar, a região, o território nacional, o mundo, numa perspectiva dos espaços convencionais.

Nunca é demais lembrar que a escala é, na realidade, a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno. Este, quando se trata de geografia humana, é socialmente construído, ou seja, produto das relações sociais e da escolha do pesquisador. No entanto, as possibilidades de recortes significativos do espaço são ilimitadas e, assim sendo, estes recortes serão sempre arbitrários e atendem à escolha da dimensão do fenômeno estudado. Há aqui uma polêmica interessante. Definir as escalas local, regional, nacional e global como recortes significativos, não obedece a qualquer formalismo restritivo das possibilidades heurísticas da análise de quaisquer fenômenos nessas escalas, mas apenas considerar os recortes significativos do fato político institucional, do modo como ele tem sido vivenciado desde que os romanos organizaram seus territórios de ação e desde que o estado moderno impôs-se como modelo de organização das estruturas de poder no território. Subestimar essas escalas como definidoras de recortes territoriais de importante conteúdo sociopolítico porque se é contra o modelo estado e suas instituições é, no mínimo, ingênuo. Queira ou não a realidade está lá, como bem destacou Merleau-Ponty (1964), e mesmo os espíritos revolucionários mais aguerridos estão, na sua vida real cotidiana, submetidos a ela. Claro está que há muitas outras possibilidades de estabelecer escolhas sobre fenômenos e recortes do espaço, porém negar com base em discussões epistemológicas balizadas por vieses ideológicos alguma escala em detrimento de outra, ou mesmo negar a relevância da escala é um desserviço à pesquisa em geografia.

Mas é verdade que há polêmica quanto aos ensaios classificatórios dos recortes espaciais adequados à pesquisa, mesmo se o objetivo é organizar as abordagens do real complexo e multiescalar, como os níveis de análise propostos por Lacoste (1976), que foram criticados pelo excesso de formalismo (CASTRO, 1995; SOUZA, 2013). As tipologias que na atualidade vão do corpo ao mundo são, na verdade, didáticas e acabam se tornando um recurso, mesmo sob o risco de cair na armadilha de fixar hierarquias que,

estas sim, em nada ajudam a estabelecer, como já foi dito antes, a pertinência do sentido atribuído ao objeto de análise e contradizem a importância da escala, ou seja, repetindo aqui, a medida escolhida para melhor observar, mensurar e dimensionar o fenômeno investigado. Em outras palavras, mudança de escala implica transformações qualitativas não hierárquicas do fenômeno observado que precisam ser explicitadas.

Nunca é demais realçar que considerar a escala na geografia é basicamente pensar em recortes significativos para a análise dos fenômenos. Nesta perspectiva, Le Moigne (1991) aponta o significado heurístico da escala como recurso para fazer face às múltiplas possibilidades de medidas de um mesmo fenômeno. Para ele, a escala, além de ser um operador de correspondência com o real, é também percepção, concepção e um operador de complexidade. A insistência nos recortes que correspondem à localização e extensão dos fenômenos é legítima na medida em que a análise de fenômenos sociais, cada vez mais centrais aos interesses dos geógrafos, pode descolar-se da perspectiva espacial, pois em sendo sociais, podem ser trabalhados com os instrumentos de quaisquer outras ciências sociais, como aliás o são e, em sendo dinâmicos, tornam a tarefa de apreendê-los no espaço mais difícil. É claro que esta não é uma posição consensual na disciplina e há mesmo quem proponha uma geografia humana sem escalas ou com ela, mas sem os recortes, por serem na atualidade por demais efêmeros (MARSTON *et al.*, 2005). Paralelamente, para Isnard *et al.* (1981, p. 125) a consequência mais flagrante do privilégio de uma escala de concepção em detrimento de outras é o aprisionamento da empiria a uma estrutura conceitual que nem sempre lhe é adequada, pois consideram que existe uma “fraqueza dos meios operantes da geografia, quando se trata de ultrapassar a concepção de uma problemática para apreender o mundo da empiria”, sendo esta uma dificuldade de base para definir um conceito útil de escala. Ou seja, esta é ainda uma questão sem resposta satisfatória.

Concluindo esta parte sobre a escala como problema para a reflexão, para a construção do objeto e para a pesquisa, são tomados alguns pontos de partida necessários para sua utilização como recurso metodológico: 1. A escala não existe, o que existe é o fenômeno; 2. A escala é uma estratégia intelectual para abordar o real; 3. A escala como medida é uma abstração ou convenção; 4. A escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, o que terá visibilidade; 5. Quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; 6. As variáveis explicativas para fenômenos numa escala não são transferíveis, seja para o mesmo fenômeno ou para outro, em outra escala; 7. Não há hierarquias entre escalas, cada escala revela um conjunto de causalidades específicas; 8. A microescala não é menos complexa do que a macroescala.

Assim, numa perspectiva conceitual, é possível, por meio da escala, refletir sobre o problema da polimorfia do espaço, sendo a articulação entre escalas um complexo jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas, na medida em que os fatos sociais são necessariamente relacionais (CASTRO, 1995).

Na próxima parte a escala é apresentada como possibilidade analítica na geografia política, tendo em vista a complexidade e a multiescalaridade do fenômeno político. Neste campo da disciplina as discussões sobre o tema têm sido mais numerosas e a polêmica encontra-se em aberto.

A Política como um Operador de Escalas

Como já reafirmado neste texto, considerar a escala é importante por ajustar o objeto de pesquisa ao recorte espacial adequado para avançar o conhecimento. Em outras palavras, a escala torna-se um exercício necessário no sentido de obter a pertinência da medida para melhor observar o fenômeno. É neste sentido que a política pode ser considerada um fenômeno exemplar para a aplicabilidade da noção de escala: por ser intrinsecamente social e institucional o que significa que ela está em toda parte e, sendo assim, é também territorial por excelência. Por isso mesmo, não é tarefa fácil tomar o fato político e seus desdobramentos sociais e territoriais como objetos de investigação “a olho nu”.

Esta compreensão foi apontada em trabalho anterior (CASTRO, 2005, p. 277) e chamou a atenção para a visibilidade da dimensão política dos fenômenos e para necessidade do olhar geográfico para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados, aparentemente paradoxais, porém identificáveis a partir das escalas espaciais diferenciadas, encaixadas, que o geógrafo é treinado para compreender por meio de suas especulações conceituais e de suas pesquisas empíricas.

Não é, portanto, casual que o debate sobre a escala na geografia tenha surgido entre os geógrafos políticos confrontados com a análise da relação entre o espaço, as ações e os processos decisórios de diferentes atores sociais. No entanto, deve ser destacado que a sensibilidade para a escala como possibilidade de compreensão da realidade política pode ser identificada fora do debate geográfico, mas inserido na perspectiva analítica da política, como fez Tocqueville no início do século XIX, quando em sua viagem de estudos aos Estados Unidos chamou a atenção para o formato do federalismo americano, para ele de difícil compreensão à primeira vista, embora as escalas do local e do nacional não passaram despercebidas, conforme ele declara:

[...] notamos ali duas sociedades distintas envolvidas e, se assim posso me explicar, encaixadas uma na outra; vemos dois governos completamente separados e quase independentes: um habitual e indefinido, que responde às necessidades cotidianas da sociedade, o outro, excepcional e circunscrito, que só se aplica a certos interesses gerais (2005, p. 67).

Nas referências sobre a escala, a discussão de Lacoste (1976) é fundadora na geografia de uma problemática que desde então não deixa de colocar frente a frente visões que consideram, em maior ou menor grau, o papel heurístico da escala. Para ele, a visibilidade dos fenômenos escolhidos corresponde à mudança da escala, o que implica mudanças nos níveis de análise e de concepção. Mesmo se a nomenclatura por ele utilizada mereceu críticas (CASTRO, 1995), não há dúvida de que sua intuição sobre a necessária atenção às muitas possibilidades de tornar visíveis características e conteúdos específicos dos fenômenos tem sido inspiradora desde então.

Ainda na geografia francesa, Isnard et al. (1981) trazem para a agenda da geografia as escalas possíveis do processo decisório, apontam a ideia de mediação entre intenção e ação como componente de poder no domínio da escala e ressaltam a sua importância para a compreensão dos papéis desempenhados pelos diferentes agentes de produção do espaço, como as classes, suas frações e os grupos de classe. Sua discussão tem por base

a questão das escalas nas ações de atores públicos e privados e considera os impactos ideológicos desses atores. A contribuição dessa análise está em chamar a atenção para a necessidade de estudar a distribuição de poder entre os diversos grupos da sociedade, bem como em identificar os processos de tomada de decisão nas escalas adequadas. Sua contribuição é evidente, pois indica a espacialidade do processo decisório em diferentes escalas, não sendo possível, portanto, inferir o domínio sobre fatos de uma escala para outra. Esta perspectiva tem consequências imediatas quando o objeto do estudo é a territorialidade do poder e aponta a necessidade de diferenciar as suas características em escalas diferentes, ou seja, a pertinência da medida deve ser, mais que nunca, considerada.

Paralelamente, a geografia política anglo-saxônica também incorporava a noção de escala como mediadora entre intenção e ação, especialmente nas decisões do estado sobre o território. Kevin Cox, uma referência da geografia política americana quando se trata de discutir a escala, desde 1973 pesquisava a problemática do conflito, do poder e da política. Mas seu livro "Location and public problem", de 1979, expressa a insatisfação com a prisão das escalas institucionais da geografia política tradicional que ignorava, por exemplo, os recortes urbanos e seus conflitos. Sua proposição é desenvolver um conjunto de conceitos aplicáveis e, portanto, úteis para tornar mais claros os problemas da política regional e dos conflitos urbanos, considerando a independência da escala. Em artigo de 1998, a continuidade do interesse pelas questões dos conflitos políticos na escala local americana resultou na reflexão mais conceitual sobre o problema da escala no que ele qualificou de espaços de dependência e espaços de engajamento. Para ele, os primeiros são as arenas fixas, localizadas, nas quais os indivíduos encontram-se arraigados em seus interesses sociais, de emprego ou de ocupação. Os seguintes são as redes de relações que se estendem nos espaços de dependência, mas que vão também além deles para construir redes políticas, de associações e de trocas. Estas redes estruturam as relações em um amplo campo "de eventos e forças" (COX, 1998, p. 3). Apesar da importância da proposta de Cox, sua ideia de que se deve deixar de pensar a escala como uma área ou espaço circunscrito, mas como uma rede, uma estratégia que vincula as lutas locais aos acontecimentos regionais, nacionais ou mesmo globais mereceu muitas críticas (JONES, 1998; JUDD, 1998; SMITH, 1998).

Ainda com relação à escala geográfica na geografia política anglo-saxônica, Peter Taylor (1981, 1982) e Neil Smith (1984) argumentam que a questão central é entender que a escala é socialmente produzida por meio do processo de lutas e de compromisso a partir das sociedades locais e das instituições globais. Seus trabalhos são referências necessárias nesta perspectiva e constituem respostas da geografia política crítica às mudanças importantes trazidas pela tecnologia de comunicação e pela globalização da economia. Estas mudanças trouxeram para a academia estudos críticos, fortemente influenciados pelas matrizes marxistas, sobre o papel do estado e suas instituições, especialmente sobre sua fragilidade frente aos poderosos atores econômicos e potências globais da década de 1980.

Neste debate a contribuição de Brenner (1997) é interessante por argumentar sobre a não fluidez, do que ele chama de configurações escalares, como a soberania do estado nacional, que pode ser hegemônica por um tempo e ter efeitos reais importantes no exercício do poder político. Para ele, fluidez e fixidez possuem uma relação, sobretudo, dialética. Ainda neste contexto analítico, a noção de salto de escalas (*jumping scales*) como a estratégia política de burlar e desafiar a atual estrutura arraigada de escala é proposta

por Neil Smith (1993), que observou que grupos em desvantagem em uma escala buscam, como resposta, atingir seus objetivos recorrendo a atores ou instituições em uma escala diferente, na esperança de transformar o equilíbrio de poder em proveito próprio.

Como é bastante conhecido, na perspectiva materialista o substrato teórico para conceituar a escala na geografia é a economia política e o foco da análise é a economia capitalista e os seus desdobramentos nas relações de produção, nas relações políticas e nos interesses dos atores sociais. Nesta vertente a política é um epifenômeno e o que conta realmente são as relações comandadas pelos interesses dos atores econômicos na atualidade cada vez mais globalizados. Não admira que as escalas local e global sejam privilegiadas e a construção política da escala na primeira seja subsidiária da segunda. Apesar dos *insights* importantes e dos muitos adeptos dessa perspectiva teórica, os processos inerentes ao fenômeno político não têm sido aprisionados muito facilmente, uma vez que a complexidade social não se esgota na visão de mundo totalizante do aparato do materialismo histórico.

Mas deve ser ressaltado que o contexto destas discussões é delineado pelos processos de expansão demográfica, das migrações internacionais, da emergência da urbanização e das sociedades de massa que produzem condições mais complexas para a vida política no território. As estruturas de poder à disposição das sociedades, especialmente com o avanço das redes de comunicação, ampliaram-se, e as instituições de poder político, para preservar sua própria existência, devem considerá-las cada vez mais. A política se faz em intrincadas redes de interesses e poder, mas sua existência concreta depende dos contextos específicos das localizações. Fazer avançar o conhecimento sobre elas é, certamente, a questão empírica mais desafiadora para a geografia contemporânea quando se trata de considerar a escala, como conceito ou como problema metodológico.

A escala geográfica pode ser um problema também para a história, como exemplo temos o trabalho do historiador francês Bernard Lepetit, que chama a atenção da geografia humana para o fato de que a pertinência das escalas de análise deve ser feita constantemente. Sua contribuição ao tema remete à tentativa dos primeiros constituintes após a Revolução francesa de dotarem a França do mesmo modelo de figuras geométricas dos quadrados uniformes de divisão política do território para fins administrativos utilizados nos Estados Unidos, em 1785. Para ele, esta forma de divisão do território não era possível na França, pelo modo arraigado das divisões históricas do Antigo Regime. Contribuindo para nossa reflexão, ele acrescenta que “uma geografia humana, da qual temos consciência em outra escala, se opõe à neutralidade do espaço, que se acreditou durante longo tempo” e acrescenta ainda que “a incapacidade dos Constituintes (de 1789) de se dotar de uma imagem clara dos desnivelamentos do conjunto do espaço francês nos alerta sobre a necessidade de considerar as escalas políticas e as divisões que elas delineiam ao longo do tempo” (LEPETIT, 1990, p. 442).

Nesta mesma perspectiva, a observação de um mapa das divisões municipais ou comunais na América do Sul chama a atenção pela maior densidade da rede político-administrativa local nas regiões andinas do Peru e do Equador, quando comparadas com outras áreas do continente. Os colonizadores espanhóis e posteriormente os estados nacionais que emergiram no processo de independência não foram capazes de impor uma nova divisão sobre aquele território historicamente apropriado e partilhado de acordo com as atividades econômicas e culturais das sociedades indígenas que o habitavam havia séculos.

Considerações Finais

No debate sobre a escala na geografia política é interessante perceber que há algumas tensões que revelam pontos de partida diferentes com relação à perspectiva do fenômeno político como operador de escalas. Se a política é aceita como um recurso organizativo das sociedades complexas, que se revela e revela as muitas escalas possíveis da interação social, o recurso didático de utilização de uma escala hierárquica dos recortes micro aos macros espaciais globais pode organizar a demonstração, mas arrisca-se a aprisionar o olhar e dificultar ver que há fenômenos multiescalares, que devem ser analisados considerando esta característica.

Da mesma forma, focar a escala política como uma construção social abstraindo todo o conteúdo de disputas, conflitos e interesses sociais, horizontais e verticais, na institucionalidade dos recursos de poder que habitam o processo decisório na estrutura dos estados contemporâneos é abdicar de uma dimensão explicativa necessária para a compreensão dos recortes territoriais. As análises em geografia focadas nos temas sociais muitas vezes subestimam o fato de que não há como separar o político institucional do social. Este é, na realidade, um sonho anarquista, bem elaborado como fundamento filosófico, mas ainda não realizado na prática.

As rápidas mudanças contemporâneas favorecem a recorrência do problema central da modernidade – a velocidade das transformações. No entanto, deduzir daí a fluidez do espaço e a impossibilidade de estabelecer recortes significativos para a análise é ir de encontro à realidade cotidiana, que se move, mas deixa rastros.

O jogo de escalas é, pois, um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas, e a compreensão da escala como a pertinência da medida para a análise permite estabelecer recortes espaciais nos quais a investigação do fenômeno propicia respostas mais adequadas. Neste sentido, a flexibilidade espacial institui a dupla questão da pertinência das relações sociais como sendo também pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência, e o desafio está na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas. Como os fatos sociais são necessariamente relacionais, a questão é pertinente.

Referências Bibliográficas

ALLARDT, E. Implications of within nation variation and regional balance for Cross – National research. In: *Comparing nations*. Merrit, R.L. e Rokkan, S. (Org). New Haven: University Press, p. 337-48, 1963.

BRENNER, N. State territorial restructuring and the production of spatial scale: urban and regional planning in the Federal Republic of Germany. 1960-1990. *Political Geography* 16, 1997, p. 273-300.

BOUDON, P. *De l'architecture à l'épistémologie. Le problème de l'échelle*. Paris: PUF, 1991.

BUCK, T.W. Regional classes differences: an international study of capitalismo. *International Journal of Urban and Rional Research*, V.3, N.4, 1979, p. 516-526.

CARNEY, J. Regions in crises: accumulation, regional problems and crises formation. In: *Regions in crises*. Carney J. et al., Londres: Cromm Helm, 1980, p. 28-59.

CASSESE, S. Régions, états, Europe. *Pouvoir*, 19, 1981, p. 19-26.

CASTRO, I.E. *O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. O problema da escala. In: *Geografia, conceitos e temas*. Castro, I.E; Correa, R.L. e Gomes, P.C.C. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 114-40.

_____. *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. 2005.

COOKE, P. Recent theories of political regionalismo: a critique and an alternative proposal. *International Journal of Urban and Regional Research*, 8, 4, 1984, p. 549-71.

COX, R. K. *Location and public problem*. Chicago: Maaroufa Press, 1979.

_____. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or, looking for local politics. *Political Geography*, 17, 1998, p. 1-24.

DAHLMAN, C.T. Scale. In: *Key concepts in political geography*. In: C. Gallaher et al. Londres: Sage, 2009, p. 189-97.

DAMETTE F.; PONCET, E. Global crises and regional crises. In: *Regions in crises*. Carney J. et al., Londres: Cromm Helm, 1980, p. 93-116.

DE WITTE, B.; GRUMERT, T.; SATRUSTEGUI, M. Les elites politiques régionales. *Pouvoir*, 19, 1981, p. 26-38.

GRATALOUP, C. Démarches des échelles. *Espaces Temps*, V.20, N.11, 1979, p. 72-9.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003.

HEROD, A. *Scale*. Nova York: Routledge, 2011.

HOEFLE, S.W. Eliminating scale and killing the goose that laid the Golden eggs? Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. *Transactions of the Institute of British Geographers*, V.3, N.2, 2006, p. 238-43.

ISNARD, H.; RACINE, J.B.; REYMOND, H. *Problématique de la géographie*. Paris: PUF, 1981.

Castro, I. L.

JONES, K.T. Scale as epistemology. *Political Geography*, V.17, N.1, 1998, p. 25-8.

JUDD, D. R. The case of missing scales: a commentary on Cox. *Political Geography*, V.17, N.1, 1998, p. 29-34.

LACOSTE, Y. *La géographie, Ça sert d'abord, pour faire la guerre*. Paris: La Decouverte, 3, 1976.

LACOSTE, Y. (Org), *Géopolitiques des régions françaises*. V.1-2-3. Paris: Fayard, 1986.

LATOUCHE, S. Le centre et la périphérie ne sont pas des vases comunicants. *Espaces et Sociétés*, N.44, 1984, p. 33-49.

LE MOIGNE, J.L. L'échelle, cette correction capitale. In: *De l'architecture à l'épistémologie. Le problème de l'échelle*. BOUDON, P., Paris: PUF, 1991, p. 231-48.

LIPIETZ, A. *El capital y su espacio*. Barcelona: Siglo XXI, 1979.

_____. Polarization interrégionale et terciarisation de la société. *L'Espace Géographique*, Paris, IX, 1, 1980, 33-42.

LEPETIT, B. L'Echelle de la France. *Annales*, V.45, N.2, 1990, p. 433-43.

MACLEOD, G.; GOODWIN, M. Space, scale and state strategy: rethinking urban and regional governance. *Progress in Human Geography*, V.23, N.4, 1999, p. 503-527.

MARKUSEN, Ann R. "Região e Regionalismo: um Enfoque Marxista". *Espaço & Debates*, Ano 1, N. 2, 1981.

MARSTON, S.A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, 24, 2000, p. 219-42.

MARSTON, S.A., JONES, J.P. III e WOODWARD, K. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, 3-34, 2005, p. 416-32.

MERLEAU-PONTY, M. *Le visible et l'invisible*. Notes de Travail. Paris: Galimard, 1964.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, V. 45, N.1, 1983, p. 125-35.

ROKKAN, S.; URWIN, D. *The politics of territorial identity*. Sage Publications, 1982.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, N. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Brasil Backwell, 1984.

_____. Homeless/global:scaling places. In: *Papping the futures: local cultures, global changes*. Bird, J. et al. Londres: Routledge, 1993, p. 87-119.

SMITH, M. P. Looking for the global spaces in local politics. *Political Geography*, V.17, N.1, 1998, 35-40.

SOUZA, M. L. S. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, S. *Between center and periphery*. New Haven: University Press of Yale, 1977.

TAYLOR, P. Geographical scales within the world-economy approach. *Review* (Fernand Braudel Center), 1981, p. 8-10.

_____. A materialist framework for political geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, 7-1, 1982, 15-34.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em: 15/5/2014 Aceito em: 10/6/2014

¹ Mais precisamente, como parte das minhas atividades de pós-doutorado em Paris.

² A discussão sobre a região e o regionalismo foi objeto de minha pesquisa de doutorado em ciência política, a partir de 1983, cuja tese "O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino" foi publicada em 1992. A discussão sobre a região e o regionalismo foi objeto de minha pesquisa de doutorado em ciência política, a partir de 1983, cuja tese "O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino" foi publicada em 1992.

